n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

2 de Maio de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Nome — Maria Helena Lopes Baptista de Lima Santos.

Currículo académico:

Licenciatura em Engenharia Químico-Industrial pelo Instituto Superior Técnico, em Lisboa;

Pós-graduação em Engenharia Sanitária pela Universidade Nova de Lisboa.

Currículo profissional:

Entre Abril de 2001 e 30 de Abril de 2007, exerceu funções no cargo de directora de serviços de Gestão Ambiental, até 30 de Novembro de 2003, integrada na Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo (DRAOT-LVT) e, a partir de 1 de Dezembro de 2003, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), sendo responsável pela coordenação das actividades de licenciamento de utilizações do domínio hídrico, de licenciamento industrial e ambiental e de avaliação ambiental, bem como pelo acompanhamento de diversas directivas comunitárias. Integrou, em representação do MAOT, o grupo de trabalho para implementação do Plano de Adaptação Ambiental das Águas Residuais dos Hospitais do SNS, e, em representação da CCDRLVT, a Task Force para análise económica das Administrações de Região Hidrográfica (ARH), criada em 2004 por despacho do Ministro das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente;

Entre Outubro de 1996 e Abril de 2001, exerceu funções no cargo de chefe de divisão de Utilização do Domínio Hídrico (DUDH), na Direcção Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo (DRA/LVT), coordenando a actividade de licenciamento de diversas utilizações do domínio hídrico, bem como acompanhamento do projecto de despoluição da bacia hidrográfica do Trancão e dos pareceres sobre planos e projectos desenvolvidos no âmbito dos contratos de adaptação à legislação ambiental. Representante da DRA/LVT nas comissões de acompanhamento das directivas das águas residuais urbanas e dos nitratos e no grupo de trabalho técnico da Agropecuária Intensiva da directiva para a Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP), no âmbito do qual participou em duas reuniões internacionais — Sevilha e Chelmsford (Inglaterra), em 1999. Foi presidente do júri do concurso público internacional para caracterização das unidades industriais identificadas no âmbito Directivas n.ºs 76/464/CEE e 80/68/CEE;

Entre Novembro de 1992 e Outubro de 1996, exerceu funções como técnica superior na Direcção-Geral de Recursos Naturais (DGRN) e no Instituto da Água (INAG), sendo responsável pela coordenação e apoio técnico da actividade de licenciamento, integrou nas comissões de acompanhamento de diversos acordos sectoriais com a indústria e diversos grupos de trabalho (GT), sendo a representante de Portugal no GT INPUT — Entradas para o Meio Marinho, da Convenção de Oslo e Paris (OSPAR), no âmbito da qual participou em três reuniões internacionais — em Estocolmo, de 13 a 17 de Março de 1995, em Londres, de 20 a 24 de Novembro de 1995, e em Oslo, de 18 a 22 de Novembro de 1996;

Entre Novembro de 1990 e Novembro de 1992, exerceu funções como assessora, em comissão de serviço, na Direcção de Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), em Macau, tendo acompanhado o processo do concurso público internacional de Concepção, Construção e Exploração da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau — Fase Líquida e integrado as comissões de abertura das propostas e a comissão de análise, que procedeu à respectiva avaliação e classificação;

Entre Novembro de 1976 e Novembro de 1990, exerceu funções como técnica superior sucessivamente na Direcção de Serviços de Controlo da Poluição, da Direcção-Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos (DGRAH), no PGRIHT — Projecto de Gestão Integrada de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Tejo e na Direcção de Serviços de Recursos Endógenos da DGRN, estando ligada às actividades de licenciamento das descargas de águas residuais, estudos técnicos de caracterização de efluentes de diversos sectores industriais, estudos de caracterização da poluição em bacias hidrográficas, acompanhamento de planos e projectos de despoluição de rios e na análise crítica de diversos projectos de diplomas na área da qualidade da água. Integrou, a equipa técnica do Projecto Tejo (UNDP/POR/80/001) para o controlo da qualidade das águas do rio Tejo e os grupos de trabalho sobre vigilância das emissões de mercúrio para o estuário e o do Estudo da Qualidade da Água da Bacia do Alviela;

Entre Fevereiro de 1971 e Novembro de 1976, exerceu funções como técnica superior na Direcção-Geral dos Hospitais e no Fundo de Fomento da Habitação.

Formação profissional:

Curso de gestão da qualidade da água em bacias hidrográficas, no âmbito de Projecto PNUD/OMS (1987);

Curso sobre a comunicação nas organizações contemporâneas, INA (1999);

Participação em estágios e missões de estudo, em duas *water authorities* em Inglaterra e numa agência de bacia em França e em numerosos congressos, cursos monográficos, seminários e simpósios, com apresentação de comunicações sobre a legislação ambiental, as estruturas de gestão da água e os mecanismos de intervenção, tendo integrado as comissões organizadoras de algumas jornadas, sessões técnicas e seminários.

Despacho n.º 15 272/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna, bem como a dotação de lugares de direcção intermédia do 1.º grau, das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma, foi instituída, em conformidade com a respectiva área geográfica de actuação, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, doravante designada como CCDRLVT;

Considerando que, através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas;

Considerando que na sequência da referida reestruturação se revela necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas ora estruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das respectivas atribuições e competências cometidas à CCDRLVT;

Considerando que a licenciada Adriana Maria Maurício Castro Raimundo, assessora principal do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidade adequada e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau, directora de serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local da CCDRLVT a licenciada Adriana Maria Maurício Castro Raimundo e autorizo a opção pelo vencimento base correspondente à sua categoria de origem, nos termos dos artigos 20.º, 27.º e 31.º, n.º 3, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a 10 de Maio de 2007.

9 de Maio de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Nome — Adriana Maria Maurício Castro Raimundo.

Currículo académico — licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa.

Currículo profissional:

Desde Outubro de 2005, exerce funções de assessora principal na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 2002 e 2005, exerceu funções de administradora no conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Oeiras e Amadora;

Entre 2000 e 2005, exerceu funções de adjunta do gabinete de apoio ao presidente da Câmara Municipal de Oeiras;

Entre 1988 e 2005, exerceu funções de presidente do conselho de gerência da empresa HABITÁGUA, Serviços Domiciliários, L.d.a;

Entre 1998 e 2000, exerceu funções de assessora principal, em regime de requisição, nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora;

Entre 1995 e 1998, exerceu funções de subdirectora-geral do Desenvolvimento Regional;

Entre 1994 e 1995, exerceu funções de administradora da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 1990 e 1994, exerceu funções no cargo de chefe de divisão do Gabinete Jurídico da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 1989 e 1990, exerceu funções no cargo de chefe de divisão de Formação e Recursos Humanos da Direcção de Serviços de Apoio às Autarquias Locais da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 1983 e 1989, exerceu funções no cargo de chefe da Divisão de Administração e Formação de Pessoal na Direcção de Serviços de Apoio às Autarquias Locais da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 1980 e 1983, exerceu funções como técnica superior de 1.ª classe na ex-Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre de 1976 e 1980, contrato de trabalho de direito privado, exercendo funções no âmbito do direito administrativo e direito de trabalho.

Actividade docente — entre 1974 e 1976, foi monitora da cadeira de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

Outras actividades e referências — representante do Ministério do Planeamento e Administração do Território em vários grupos de trabalho.

Formação profissional:

Formadora do CEFA, do INA e da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo em áreas relacionadas com a gestão de recursos humanos e a organização e reestruturação de serviços, tais como concursos, quadros e carreiras;

Responsável pela organização de diversas acções de formação sobre temáticas respeitantes à administração autárquica, destacando-se o seminário internacional «Modernizar e desenvolver a administração local»;

Oradora convidada em diversos colóquios e seminários e mesas redondas sobre temáticas relacionadas com a legislação aplicável na administração central e local, destacando a referente à reestruturação de quadros e carreiras.

Despacho n.º 15 273/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna, bem como a dotação de lugares de direcção intermédia do 1.º grau, das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma, foi instituída, em conformidade com a respectiva área geográfica de actuação, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, doravante designada CCDRLVT;

Considerando que, através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas;

Considerando que, na sequência da referida reestruturação se revela necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas ora estruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das respectivas atribuições e competências cometidas à CCDRLVT;

Considerando que a engenheira Maria José de Oliveira Falcão possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidade e experiência profissional adequadas ao exercício das respectivas funções, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau, directora de serviços de Fiscalização, da CCDRLVT, a engenheira Maria José de Oliveira Falcão, inspectora principal da carreira de inspecção superior do quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, nos termos dos artigos 20.º e 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a 18 de Junho de 2007.

5 de Junho de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Nota relativa a currículo académico e profissional

Nome — Maria José de Oliveira Falcão.

Curriculum académico — licenciatura em Engenharia do Ambiente, ramo de Engenharia Sanitária.

Curriculum profissional:

Desde 2004 até Junho de 2007, exerceu funções como inspectora principal no Serviço de Inspecção Ambiental da Inspecção-Geral do Ambiente e Ordenamento do Território (IGAOT), procedendo à fiscalização do cumprimento das normas legais e regulamentares em matéria de incidência ambiental e inspecção de estabelecimentos, locais ou actividades a elas sujeitos, elaboração de autos de notícia resultantes da prática de infracções às normas legais e regulamentares em matéria de incidência ambiental;

Participação como membro dos grupos de trabalho Sistemas de Informação da IGAOT e Acção Integrada na Bacia do Trancão, este último a realizar durante o ano de 2007, no âmbito dos Programas de Acção de Inspecção Específica da IGAOT;

Entre 1994 e 2004, exerceu funções na ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo e na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, tendo prestado colaboração e apoio técnico (preparação, elaboração e acompanhamento de contratos-programa) em comissões

de análise de propostas de obras hidráulicas e de saneamento básico com as autarquias locais e associações de municípios;

Preparação, elaboração e acompanhamento de contratos-programa de obras hidráulicas e de saneamento básico com as autarquias locais e associações de municípios;

Emissão de pareceres efectuados com base na análise e avaliação técnico-económica, de projectos de estações de tratamento de águas residuais e estações de tratamento de águas de abastecimento, com financiamento do II Quadro Comunitário de Apoio (PORKVT Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, POA — Programa Operacional do Ambiente e Fundo de Coesão), pertencentes à área de jurisdição deste organismo;

Prestação de apoio técnico às autarquias locais relativamente ao estudo, concepção e gestão, bem como da análise e avaliação técnico-económica de sistemas de saneamento básico na região de Lisboa e Vale do Tejo no âmbito do financiamento do II Quadro Comunitário de Apoio (PORKVT — Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, POA — Programa Operacional do Ambiente e Fundo de Coesão);

Entre 1991 e 1992, exerceu funções no Instituto Nacional da Água (INAG), tendo prestado colaboração no projecto «Rede de qualidade da água da Direcção-Geral dos Recursos Naturais» e Programa de Monitorização de Captações de Superfície — Ponto de Situação, no âmbito do Projecto PNUD.

Outras actividades e referências:

Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo no projecto «Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR)» — 2002;

Integrou a equipa técnica que no Gabinete do Secretário de Estado dos Recursos Naturais preparou o Programa Nacional de Tratamento de Águas Residuais Urbanas em Portugal Continental — 1996, cujo desempenho foi merecedor de um louvor.

Despacho n.º 15 274/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma, foi instituída, em conformidade com a respectiva área geográfica de actuação a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, doravante designada CCDRLVT;

Considerando que, através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas;

Atendendo a que foram criadas as unidades flexíveis que integram a estrutura da CCDRLVT em conformidade com o limite fixado na alínea c) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 1.º da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, com efeitos no dia 1 do mesmo mês e ano;

Considerando que, na sequência da referida reestruturação se revela necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas ora estruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços, mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das respectivas atribuições e competências cometidas à CCDRLVT;

Considerando que o licenciado Nuno Filipe Lopes Casas Novas, especialista de informática de grau I, nível II, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidade e experiência profissional adequadas ao exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para os lugares a prover:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, chefe de divisão de Documentação e Recursos Informáticos, da Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa, da CCDRLVT, o licenciado Nuno Filipe Lopes Casas Novas, nos termos dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a 14 de Junho de 2007.

5 de Junho de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional do licenciado Nuno Filipe Lopes Casas Novas

Curriculum académico:

Licenciatura em Informática de Gestão pela Universidade Moderna;

Frequência da parte escolar do mestrado em Gestão de Sistemas de Informação, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Curriculum profissional:

Entre Abril de 2000 até Junho de 2007, exerceu funções como especialista de informática de grau I, nível II, na Câmara Municipal